

O ESTADO E O CIDADÃO

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*

*Desembargador do Tribunal de Justiça
do Estado do Rio de Janeiro e Professor de
Direito Constitucional da PUC-RJ*

Ensinar é um privilégio que poucos podem ter. É um privilégio porque ao ensinar o professor aprende mais do que ensina, no convívio permanente com estudantes que desejam encontrar o caminho de suas biografias, e, por isso, estão dispostos a procurar, na escola, sinais do futuro.

Todos nós sabemos que no Brasil o ensino não tem sido uma atividade estimulada. Os nossos professores, aqueles que se dedicam exemplarmente aos seus alunos, com prioridade sobre qualquer outra atividade, padecem com baixos salários e, sobretudo, com falta de condições para o exercício do magistério. E tudo isso é uma pena. E é uma pena por um motivo muito simples: somente nas escolas é possível ensinar a cidadania, o que quer dizer, a respeitar valores, a compreender a realidade com sua dimensão ética, repelindo o pragmatismo tolerante e o conformismo estulto.

Quando se estuda o direito público constitucional não se pode deixar de lamentar o que está acontecendo no Brasil de hoje. Há uma descrença muito grande em tudo o que se relaciona com as instituições políticas, e, daí, uma indignação com a falta de compostura no trato da coisa pública.

É bom nessa hora resgatar as origens da organização social. Em longo e, às vezes, penoso processo, a partir da família, desenvolvendo relações sociais, econômicas e jurídicas, nas quais ele é o centro e o sujeito principal, o homem alcançou, por sua própria natureza, a organização da sociedade.

Já ensinou H. Rommen que as pessoas individuais são os únicos seres substanciais, e que na ordem dos fins a comunidade está antes dos indivíduos porque, sendo o fim da comunidade necessário para a perfeição de todos os membros da comunidade, o fim da comunidade é superior. De fato, ensina o grande teórico do Estado no pensamento católico, o fim da comunidade tem a marca da utilidade para os únicos seres substanciais, as pessoas, e para a sua perfeição: as pessoas são intencionalmente orientadas, por sua própria natureza e por seu fim, para a comunidade como um todo, mas de modo que a comunidade obtenha realmente o seu valor próprio do fato de achar-se ligada a perfeição das pessoas.

É com essa base que se pode compreender o ensinamento do Papa João XXIII sobre o bem comum como fim da entidade social. O bem comum como o conjunto de circunstâncias concretas que permite ao homem realizar a plenitude de sua natureza na sociedade em que vive.

Não é por outra razão que todos os documentos constitucionais que provêm à organização legal de uma comunidade têm como seu primeiro cuidado, e o mais importante, uma declaração do fim objetivo que se intenta realizar com o estabelecimento da nova sociedade. E quando não se confere o devido valor a essa declaração do fim, para considerá-la, apenas, um enfeite, sem alcance prático, instrumento de palanque, o que se tem é um enorme vazio, capaz de autorizar todo e qualquer tipo de comportamento político e social justificável.

O que assusta no Brasil de hoje é a falta de consciência sobre esses conceitos básicos de respeito com a coisa pública e, portanto, de desrespeito aos direitos da cidadania. Nos povos cultos, para os quais a educação é uma função social relevante, está arraigado o conceito de cidadão, detentor de direitos próprios que valem por si mesmos. Há, nesses casos, uma sólida formação, desde os primeiros momentos dos bancos escolares, no sentido do valor do cidadão enquanto cidadão, que

impõe respeito aos que são delegados para cuidar da coisa pública. É bom lembrar a lição de Locke, resistindo aos séculos, segundo a qual só o consentimento pode instituir o Estado: sendo todos os homens naturalmente livres, iguais e independentes, não podem ser submetidos ao poder político de quem quer que seja sem a livre manifestação da vontade. Como está escrito no Capítulo VIII, do Segundo Tratado Sobre o Governo, quando qualquer número de homens consentiu desse modo em constituir uma comunidade ou governo, ficam, de fato, a ela incorporados e formam um corpo político no qual a maioria tem o direito de agir e resolver por todos.

Essas lições são úteis nesses tempos de sombra. Por meio delas podemos ver mais claro que não há crise que resista ao poder originário do cidadão. Quando os governos violentam os direitos dos cidadãos que deram o seu consentimento para que fossem formados, aí, então, os remédios que a própria constituição estabeleceu devem ser usados. Só assim, sem açodamento, sem radicalismo, é possível construir uma nação forte.